



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA Nº 3222 - MT (2020/0349519-3)

RELATORA : MINISTRA REGINA HELENA COSTA
REQUERENTE : RICARDO BRAVO
ADVOGADO : FELIPE DE SÁ - PR060336
REQUERIDO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO
INTERES. : PRESIDENTE DA COMISSÃO DO CONCURSO PARA
OUTORGAS DE DELEGAÇÕES EXTRAJUDICIAIS DO TJMT
INTERES. : ESTADO DE MATO GROSSO

DECISÃO

Cuida-se de pedido de tutela provisória para atribuir efeito suspensivo a recurso ordinário em mandado de segurança interposto por RICARDO BRAVO contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso assim ementado (fl. 332):

AGRAVO INTERNO – MANDADO DE SEGURANÇA – CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS DOS SERVIÇOS NOTARIAIS E DE REGISTRO DO FORO EXTRAJUDICIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO – CANDIDATO EXCLUÍDO ANTERIORMENTE DO CERTAME – AÇÃO ANULATÓRIA AJUIZADA – JULGADA IMPROCEDENTE – MANUTENÇÃO DA ELIMINAÇÃO – PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO – WRIT EXTINTO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO – DECISÃO MANTIDA – RECURSO DESPROVIDO.

No caso dos autos, na medida em que a pretensão do mandado de segurança visava combater, de fato, ato indigitado de ilegal e abusivo praticado pela Senhora Presidente da Comissão do Concurso, resta prejudicado o pleito, uma vez que o impetrante sequer mais participa do certame, pois, foi eliminado de forma legítima ainda na fase inicial, cuja decisão foi mantida pelo Tribunal Pleno deste Sodalício e também pela r. sentença proferida nos autos da ação anulatória que ajuizou para se manter na disputa do concurso.

Alega o requerente que "depois da sessão do órgão Especial de 13/08/2020, em que o relator mencionou estar com o voto pronto, mas só juntou acórdão em 24/11/2020. Em 30/11/2020, juntou-se petição do Recurso em Mandado de Segurança (RMS) com guias do STJ pagas e somente em 12/12/2020 houve abertura de prazo para contrarrazões do Estado do Mato Grosso. Contraditoriamente, o procurador do Estado ao invés de apresentar contrarrazões buscou se imiscuir em processo administrativo em que este impetrante nunca foi intimado para que houvesse decisão por sua exclusão. Como não houve contrarrazões, pediu-se medida cautelar em 22/12/2020, para que fosse possível a abertura da jurisdição do STJ, com a eventual negativa em apreciar a medida

cautelar" (fl. 6).

Afirma que o "perigo na demora com a marcação da sessão para 11/01/2021 é evidente, assim como a dificuldade na sua reversão. Indica-se também que a sessão de escolha é virtual, e, portanto, não demanda sequer que os candidatos viajem. Isso significa que o prejuízo efetivo é na incorreta exclusão do requerente e na pontuação indevida de títulos ilegais de Geraldo Augusto e Renata Aoki" (fl. 8).

Requer a "concessão de tutela de urgência para determinar a suspensão da audiência de escolha marcada para dia 11/01/2020 até o julgamento de mérito do rms referente ao Mandado de Segurança n. 1011883-80.2019.8.11.0000" (fl. 19).

É, no essencial, o relatório. Decido.

A concessão de medida liminar no recurso ordinário em mandado de segurança exige a satisfação simultânea de dois requisitos: *fumus boni iuris*, caracterizado pela relevância jurídica dos argumentos expendidos na inicial; e *periculum in mora*, consistente na possibilidade do perecimento do bem jurídico objeto da pretensão resistida.

Na hipótese dos autos, o requerente não demonstrou a presença do *fumus boni iuris*, pressuposto primeiro da medida de urgência pretendida.

Com efeito, em rápido exame da lide, próprio ao momento que se apresenta, nota-se que o acórdão recorrido não está a merecer reparos. Isso porque a perda superveniente de objeto é irrefutável, tal como se depreende da leitura do seguinte trecho do acórdão impugnado:

[...] o recorrente, por mais que quisesse que a realidade fosse outra, não pode negar o fato de que existe decisão proferida pelo Tribunal Pleno desse Sodalício que rejeitou o recurso administrativo por ele interposto, mantendo sua legítima eliminação do certame, diante da falta de apresentação de documento exigido pelo edital, motivo pelo qual, nesse caso específico, não é relevante o fato de ter apresentado recurso de apelação contra a sentença que julgou improcedente a ação anulatória.

Ora, não se está aqui a ignorar o efeito suspensivo atribuído ao recurso de apelação, nos termos do art. 1.012, caput, do CPC, entretanto, na hipótese em voga, a desclassificação do agravante ocorreu por decisão da comissão do concurso, que foi confirmada pelo Pleno desse Tribunal, repiso, de modo que sentença proferida na ação anulatória apenas chamou a atenção para algo que já estava juridicamente sacramentado, culminando na perda superveniente do objeto.

Nesse particular, cabe esclarecer ao agravante que em nenhum momento este Relator adentrou no mérito de outro processo, o que seria um absurdo jurídico, tendo apenas utilizado a sentença proferida nos autos da ação anulatória n. 1015395-50.2016.8.11.0041 para fundamentar a perda superveniente do objeto do mandado de segurança, o que ficou suficientemente claro na r. decisão combatida.

Ademais, basta uma simples leitura da r. decisão objurgada para se verificar que em nenhum momento houve qualquer menção acerca da manifestação da Associação dos Candidatos Aprovados no Concurso dos Cartórios de Mato Grosso – APROVAMT (id. 42522972), mormente pelo fato de não ser necessário, haja vista a publicidade da sentença proferida nos autos da ação anulatória, não cabendo ao recorrente, com o devido respeito, querer insinuar o contrário, colocando em dúvida a capacidade deste Relator e de sua assessoria.

Na verdade, diante da clareza com que a questão se mostra, é totalmente desnecessária qualquer discussão acerca do tema afeto à inexistência de impugnação cruzada, bem como da intimação da referida associação e/ou a realização de qualquer diligência nesse sentido e muito menos da citação dos candidatos apontados nas razões recursais, ante a perda superveniente do objeto do mandado de segurança, culminando na sua extinção sem análise do mérito.

Cumpre ressaltar que a perda superveniente do objeto também está demonstrada pela publicação, no DJe do dia 18/12/2020, do Edital 11/2020-GSCP (Retificação do Resultado Final em decorrência de Decisão Judicial) confirmando a exclusão do ora requerente do certame nos seguintes termos:

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATOGROSSO, no uso de suas atribuições legais, em cumprimento à decisão colegiada proferida pelo Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, nos autos do Mandado de Segurança n. 1011883-S0.2019.8.11.0000 e conforme determinado no Cia n. 0049460-75.2020.811.0000, torna pública a exclusão do candidato RICARDO BRAVO, Inscrição nº 20131422, no Concurso Público de Provas e Títulos para Outorga das Delegações de Notas e de Registro do Foro Extrajudicial do Estado de Mato Grosso.

Ademais, o deferimento do pedido liminar, consubstanciado na suspensão da audiência de escolha das serventias, afrontaria determinação do CNJ no Procedimento de Controle Administrativo n. 0002174-11.2020.2.00.0000, relator o Conselheiro André Godinho, DJe de 25/11/2020, no sentido de ordenar a "imediata convocação dos candidatos para audiência de escolha, a ser realizada no prazo máximo e improrrogável de 30 dias a partir da publicação dessa decisão, de modo presencial, por vídeo conferência ou de forma híbrida".

Ante o exposto, diante da ausência de um dos requisitos autorizadores da medida liminar, indefiro o pedido de tutela de urgência.

Publique-se e intimem-se.

Brasília, 07 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente